



***SEQUÊNCIA DE ENSINO INVESTIGATIVA PARA O ESTUDO DA
VASECTOMIA NUMA PERSPECTIVA ANTIMACHISTA***

***SECUENCIA DOCENTE INVESTIGATIVA PARA EL ESTUDIO DE LA
VASECTOMÍA DESDE UNA PERSPECTIVA ANTIMACHISTA***

***INVESTIGATIVE TEACHING SEQUENCE FOR THE STUDY OF VASECTOMY
FROM AN ANTIMACHIST PERSPECTIVE***

João Pedro Martins Sousa¹

Luciana Aparecida Siqueira Silva²

RESUMO

Perante a onda de conservadorismo que atravessa país, o ensino de Biologia tende a se tornar técnico e pouco voltado às dimensões de gênero e sexualidade. O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma sequência de ensino investigativa (SEI) sobre vasectomia em uma perspectiva antimachista, voltada para cursos de formação de professores/as, para o ensino de métodos contraceptivos, de forma que não atrele unicamente às mulheres a responsabilidade de prevenção de gravidez. A elaboração da SEI, que foi validada entre estudantes do último período do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, é assentada na ideia de que a compreensão das dimensões de gênero e sexualidade no referido curso promove o ensino de forma respeitosa, comprometendo-se com um ensino de Biologia que promova a educação para a sexualidade, permitindo discussões sobre o enfrentamento ao sexismo, considerando-se as diversas formas de se produzir corpos de se vivenciar o prazer.

PALAVRAS-CHAVE: Educação para o Gênero/Sexualidade. Ensino de Biologia. Residência Pedagógica

RESUMEN

Ante la ola de conservadurismo que recorre el país, la enseñanza de la Biología tiende a tecnicarse y poco centrada en las dimensiones de género y sexualidad. El presente trabajo tiene como objetivo presentar una secuencia docente investigativa (SEI) sobre la vasectomía desde una perspectiva antimachista, dirigida a cursos de formación docente, para la enseñanza de métodos anticonceptivos, de manera que no vincule únicamente a la mujer con la responsabilidad de la prevención del embarazo. La elaboración del SEI, que

¹ Licenciado em Ciências Biológicas. Instituto Federal Goiano Campus Urutaí, Urutaí, Goiás, Brasil.

² Doutora em Educação. Instituto Federal Goiano Campus Urutaí, Urutaí, Goiás, Brasil.

fue validado entre estudantes del último período de la Licenciatura en Ciencias Biológicas, se basa en la idea de que comprender las dimensiones de género y sexualidad en dicha carrera promueve una enseñanza respetuosa, comprometiendo con una enseñanza de la Biología que promueva la educación sexual, permitiendo debates sobre el enfrentamiento al sexismo, considerando las diferentes formas de producir cuerpos para experimentar placer.

PALABRAS-CLAVE: Educación para el Género/Sexualidad. Enseñanza de la biología. Residencia Pedagógica

ABSTRACT

Faced with the wave of conservatism that is sweeping across the country, Biology teaching tends to become technical and little focused on the dimensions of gender and sexuality. The present work aims to present an investigative teaching sequence (SEI) about vasectomy from an anti-macho perspective, aimed at teacher training courses, for teaching contraceptive methods, in a way that does not link women alone to the responsibility of pregnancy prevention. The elaboration of the SEI, which was validated among students in the last period of the Biological Sciences Degree course, is based on the idea that understanding the dimensions of gender and sexuality in that course promotes teaching in a respectful manner, committing to a Biology teaching that promotes sexuality education, allowing discussions on confronting sexism, considering the different ways of producing bodies to experience pleasure.

KEYWORDS: Education for Gender/Sexuality. Teaching Biology. Pedagogical Residency



No dia em que fotografias com homens carregando armas se tornarem raras e fotografias com homens empurrando carrinhos de bebê se tornarem comuns, aí saberemos que estamos realmente chegando a algum lugar.

Reawin Connel (1995, p. 205)

O encontro com as dimensões de gênero e sexualidade no contexto escolar e com as possibilidades de uso de Sequências de Ensino Investigativas

A escrita tecida para o presente texto foi materializada a partir da experiência de um licenciando em Ciências Biológicas, no contexto do Programa Residência Pedagógica (PRP), que é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), criado a partir da Portaria número 38, de 28 de fevereiro de 2018 (BRASIL, 2018a). O referido programa tem como um dos seus objetivos “incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica, conduzindo o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente” (Brasil, 2019, p. 2). Ao longo da etapa de observação das aulas de Ciências do 8º ano, sobre métodos contraceptivos, durante a ambientação nos anos finais do Ensino Fundamental, no ano de 2022, vivenciei uma situação que me chamou a atenção. Uma aluna de 14 anos

questionou ao docente regente da turma, que ocupava a função de preceptor: “*Professor, o anticoncepcional é capaz de prevenir as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs)?*”. Alguns alunos (apenas meninos) caçoaram da pergunta, mas o professor, respondeu de forma clara e objetiva, além de incentivar o uso de preservativo assim que eles/as iniciassem sua vida sexual. Esse questionamento da estudante me fez refletir sobre a importância da abordagem das dimensões de gênero³ e sexualidade⁴ no Ensino Fundamental, bem como na necessidade de formação docente que capacite o/a professor/a para lidar com tais questionamentos.

Nesse sentido, passei a buscar por leituras que pudessem auxiliar-me nessa tarefa de compreender de que modo docentes de Ciências e Biologia podem abordar as temáticas que envolvem as dimensões de gênero e sexualidade em sala de aula. Essa necessidade de adensamento teórico está fundamentada em casos recentes de perseguição a docentes⁵, tendo em vista o avanço do conservadorismo no Brasil, nos últimos anos. Um exemplo desses casos é o movimento Escola sem Partido (EsP), proposto pelo advogado Miguel Nagib em 2004, que defende que a educação seja dividida entre o que se aprende em casa e o que se aprende na escola, sendo a escola um lugar neutro, onde se aprende o que é técnico e, em casa, a educação ficaria sob a responsabilidade dos pais dos alunos, sendo eles os detentores da educação dos filhos (Justino de Sousa, 2017). O movimento EsP tem fundamentações ditatoriais e ideias burguesas sem a mínima fundamentação e preocupação com a real população que frequenta as escolas públicas (Sousa, 2017). Pensando na ideia de currículo, Márcio Caetano; Paulo Melgaço Silva Júnior e Treyce Ellen Goulart (2016, p. 219) refletem que

[...] a ideia de conhecimento nos currículos como um artefato relativamente neutro, tornando-o apenas um processo psicológico que se estabelece através da cognição, tem permitido uma falaciosa e letal

³ Nesta produção assentamo-nos na produção de Judith Butler (2020), que considera o gênero como intrincado em relações de poder e pensa o poder a partir das obras de Michel Foucault. Ainda segundo a autora, gênero diz respeito a performances constantemente repetidas e reiteradas por diferentes mecanismos sociais. Butler também recusa a diferenciação entre sexo e gênero, entre natureza e cultura, apontando para uma análise dos efeitos de uma prática de poder que regula as identidades sexuais e busca eliminar a dicotomia entre masculino e feminino.

⁴ Entendemos o conceito de sexualidade como um dispositivo histórico, a partir do pensamento de Michel Foucault (2017), segundo o qual “a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação do conhecimento, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (FOUCAULT, 2017, p. 115).

⁵ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/05/brasil-vive-ataque-legislativo-e-politico-contra-educacao-sexual-e-de-genero-aponta-ong.shtml>>

despolitização quase integral da cultura eurocentrada, branca, judaico-cristã, colonizada, burguesa e heterossexual que as escolas universalizam através de suas práticas pedagógicas cotidianas.

Na esteira desse pensamento, o pânico moral foi ganhando espaço no cenário nacional, com a popularização do sintagma “ideologia de gênero” (Rogério Diniz Junqueira, 2022), que tem reverberado, não só na atuação docente, como na reformulação de documentos oficiais que orientam a educação no Brasil. O estudo de Welson Santos; Fernanda Rigue e Polly Ana Ferreira (2023) aponta para o apagamento das dimensões de gênero e sexualidade da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018b), documento que orienta os currículos e a docência no Brasil. As autoras e o autor, ao analisarem a BNCC, identificaram que “a palavra gênero aparece 320 vezes no documento, sendo que se destaca apenas em contextos textuais, de narrativas, descritivos, expositivos, entre outros, momento algum trazendo o complexo embate masculino-masculino-feminino” (Santos; Rigue; Ferreira, 2023, p. 7).

Já no que se refere à palavra sexualidade, foi identificado que “[...] aparece 3 vezes, sendo que todas aparecem no contexto biológico, salientando questões reprodutivas, métodos contraceptivos e Doenças Sexualmente Transmissíveis⁶” (Santos; Rigue; Ferreira, 2023, p. 7). Nesse contexto, argumentamos pela necessidade urgente de incluir nos currículos dos cursos de formação inicial de docentes, debates que capacitem futuros/as professores/as a promoverem a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, com uma abordagem biopsicossocial.

Em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, Jaileila Menezes e colaboradoras (2018, p. 256), afirmam que os direitos sexuais “[...] constituem-se como o respeito ao direito de viver a sexualidade com prazer, o direito à liberdade e autonomia no exercício responsável da sexualidade” (Menezes *et al.*, 2018, p. 256). Concordamos com as autoras, ao mostrarem os direitos reprodutivos como “[...] a garantia de meios que promovam a liberdade de escolha reprodutiva, reforçando o exercício mais amplo da cidadania, na conquista de garantias legais e na participação nas decisões políticas”. A partir de tais referências, entendemos que, para garantir os direitos sexuais e reprodutivos a todas as pessoas, é essencial o acesso a informações fundamentadas em evidências científicas, incluindo métodos contraceptivos cirúrgicos, como a vasectomia.

⁶ A utilização do termo Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) começou a ser utilizada em substituição à expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), pois infecções podem não apresentar sintomas aparentes, podendo levar a pessoa até a morte (BRASIL, S/D).

A vasectomia, de acordo com Fang Yang e colaboradores (2021), é um procedimento cirúrgico simples, seguro, confiável e de baixa complicação utilizado como forma de esterilização de longo prazo para homens⁷. Os autores atestam que não há correlação entre a vasectomia e doenças autoimunes, doenças cardiovasculares, câncer de próstata e disfunção sexual e defendem que tais informações sejam amplamente divulgadas, no sentido de incentivar a realização da vasectomia como forma de controle da natalidade.

Bianca Menezes Cavalcanti Biones e colaboradores (2023), ao realizarem uma pesquisa de revisão de literatura abrangendo os últimos cinco anos, tendo selecionado estudos que abordaram a prevalência das vasectomias como método de planejamento familiar identificaram que, no Brasil, a esterilização em pessoas com útero ainda é mais prevalente do que a vasectomia, e isso está relacionado a fatores culturais e religiosos. A autoria atribui tal fenômeno a dois fatores principais: a o fato de que “as mulheres foram historicamente responsabilizadas pelo controle da reprodução, e a maioria dos métodos contraceptivos disponibilizados pelo Ministério da Saúde é direcionada principalmente para o público feminino” (Biones *et al.*, 2023, p. 642).

Durante a adolescência ocorrerão mudanças radicais, fomentadas por transformações hormonais, características sociais e culturais (Caetano; Silva Júnior; Goulart, 2016, p. 216). Perante tantas transformações torna-se comum que os/as alunos/as tenham questionamentos sobre assuntos relacionados à sexualidade, sobretudo àqueles relativos aos métodos contraceptivos, visto que esses assuntos estão desaparecendo dos currículos, como notam Santos, Rigue e Ferreira (2023). Muitas dessas discussões giram em torno das ideias de masculinidade hegemônica⁸, que produz modos de ser e estar no mundo, não somente no caso de sujeitos adolescentes, mas nas diversas fases da vida humana.

Os estudos de Carolina Hurtarte; Rozzana Aragón e Rolando Loving (2014) e Josilene da Silva (2004), identificam a existência de uma série de desinformações no que se refere à perda da masculinidade e vigor sexual das pessoas que fazem a vasectomia. Para além desses mitos, a pesquisa empreendida por Luciana Aparecida Siqueira Silva e Antônio Fernandes Júnior (2021), na qual foram analisadas quatro coleções de livros

⁷ Nesse ponto do texto, referimo-nos a homens, tendo em vista o artigo adotado como fonte da informação, que tem uma abordagem específica para homens cisgênero.

⁸ Segundo Reawyn Connell e James Messerschmidt (2013, p. 262), “padrões múltiplos de masculinidade têm sido identificados em muitos estudos, em uma variedade de países e em diferentes contextos institucionais e culturais [...]. O conceito de masculinidade hegemônica presume a subordinação de masculinidades não hegemônicas”.

didáticos de Biologia, evidenciou que tais obras responsabilizam a mulher pela utilização e pleno funcionamento dos métodos contraceptivos, de modo que o papel do homem na contracepção é apagado no discurso dos livros didáticos de Biologia. A partir de tais evidências, consideramos urgente a implementação de ações, no âmbito da formação docente, na perspectiva de uma Educação para a Sexualidade como prática “que visa a refletir, problematizar, desconstruir discursos considerados como ‘únicas’ possibilidades, evidenciando que os discursos são construções culturais e que suas formas de enunciação são capazes de produção de subjetividades” (Constantina Xavier Filha, 2009, p. 96-97).

Movido pelo questionamento da estudante presenciado na etapa de ambientação ao ambiente escolar, no contexto do PRP, mergulhei em leituras que me auxiliassem a compreender alguns pressupostos teóricos que atravessam o ensino das dimensões de gênero e sexualidade, especialmente no que se refere às masculinidades hegemônicas. A partir disso, dediquei-me a pensar modos possíveis de abordagem de um dos métodos contraceptivos que pudesse romper com essa estrutura hierárquica sexo/gênero com que me deparei ao longo de meus estudos.

Nesse sentido, elaboramos uma Sequência de Ensino Investigativa (SEI), para o estudo da vasectomia como um dos métodos contraceptivos viáveis para serem utilizados por pessoas com Sistema Urogenital Testicular (SUT)⁹ a partir de uma abordagem antimachista. A escolha pela SEI se deu pelo fato de que, no contexto do PRP, foi oferecido um momento formativo para a compreensão dessa modalidade de ensino, o que nos moveu a realizar uma experimentação, ao tentarmos lançar mão dos fundamentos da SEI para uma tentativa de educação antimachista, que envolve a compreensão do machismo “como uma forma de preconceito, fundado nas relações sociais patriarcais e capitalistas [...] revelado em atitudes que inferiorizam as mulheres com a finalidade de controlar seus comportamentos, seus corpos e subjugar sua existência” (Nayara Cunha Salvador, José Anderson de Oliveira e Neil Franco, 2023, p. 91). Uma educação antimachista busca modos de resistir à estrutura machista, ao propor o estranhamento ao machismo, tão naturalizado em espaços escolares e não escolares.

A SEI, fundamentada nos pressupostos do Ensino de Ciências por Investigação (Anna Maria Pessoa de Carvalho, 2013), é voltada para cursos de formação inicial de

⁹ Adotamos a nomenclatura Sistema Urogenital Testicular, ao invés de Sistema Reprodutor Masculino, como é usual nos livros didáticos de Biologia. Essa foi uma escolha, no sentido de desvincular o referido sistema das funções exclusivamente reprodutivas, bem como apresentar ao grupo de residentes uma linguagem inclusiva no que se refere às pessoas trans ou intersexo.

professores/as e foi validada em parte de um grupo de professoras de Biologia em formação inicial, integrantes de um subprojeto do PRP, composto por quatro licenciandas. Vale destacar que a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade de Rio Verde/Fundação do Ensino Superior de Rio Verde (FESURV), que, após análise, foi aceita sob o parecer consubstanciado de número 5.282.771 e CAAE: 55140322.4.3001.5077.

A partir desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo desenvolver uma SEI voltada para cursos de formação de professores/as, para o ensino da vasectomia numa perspectiva antimachista, buscando abordar os métodos contraceptivos de forma que não atrele unicamente às mulheres a responsabilidade de prevenção da gravidez.

As etapas da Sequência de Ensino Investigativa (SEI)

A SEI foi elaborada segundo os pressupostos de Carvalho (2013). Para a autora, a SEI corresponde a uma sequência de atividades

[...] abrangendo um tópico do programa escolar em que cada atividade é planejada [...] visando proporcionar aos alunos: condições de trazer seus conhecimentos prévios para iniciar os novos, terem ideias próprias e poder discuti-las com seus colegas e com o professor passando do conhecimento espontâneo ao científico e adquirindo condições de entenderem conhecimentos já estruturados por gerações anteriores (Carvalho, 2013, p. 9).

Envolvendo um planejamento cuidadoso, entendemos que as SEI podem contribuir para a (re)elaboração de saberes relativos à responsabilização de mulheres, homens e demais pessoas que gestam, no que se refere à utilização dos métodos contraceptivos e que, como evidenciam Silva e Fernandes Júnior (2021), são veiculados e produzidos pelo livro didático de Biologia, que atualizam o dispositivo da sexualidade¹⁰ por meio de “discursos cheios de verdades que se perpetuam e influenciam a construção de identidades” (Silva; Fernandes Júnior, 2021, p. 152).

Para Carvalho (2013), a SEI começa com um problema, real ou experimental, que serve como ponto de partida para a investigação e resolução pelos/as alunos/as. As atividades, cuidadosamente selecionadas, visam atender às necessidades individuais e

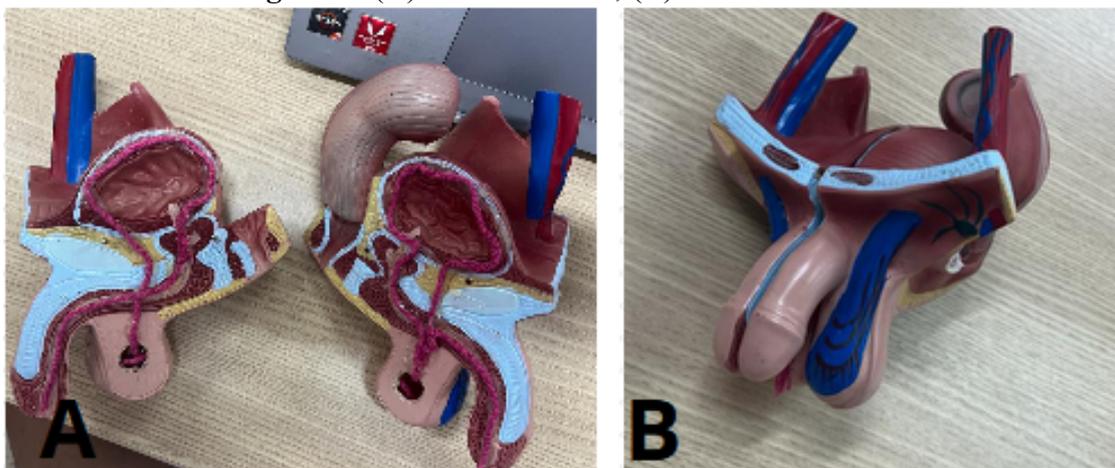
¹⁰ Foucault (2017) formulou a noção acerca do dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 2017, p. 85), como mecanismo de regulação de corpos, comportamentos e produção de subjetividades, estabelecendo-se uma rede de saberes e poderes que se apropriam do corpo em sua materialidade viva.

promover o desenvolvimento de diversas habilidades. Ao longo da SEI, os/as alunos/as (re)elaboram saberes, envolvendo manipulação, reflexão e colaboração. Ao final da sequência, demonstram sua compreensão e são avaliados/as de forma contínua, com foco no aprendizado individual.

A aplicação da SEI foi realizada no dia 18 de outubro de 2023, no Laboratório de Ensino de Biologia da Instituição de Ensino Superior (IES) sede do curso de Licenciatura, no período noturno com duração de uma hora, contando com a participação de um grupo de quatro residentes no PRP, o mediador do grupo (estudante de licenciatura, primeiro autor do trabalho) e a docente orientadora do grupo. A aplicação foi completamente registrada, mediante autorização das participantes, por meio do gravador de voz de um celular, para posterior transcrição, ao invés de fazer anotações durante a aplicação, visando ter maior eficácia para o registro nos resultados, para que eles sejam nítidos e compreensíveis. As etapas da SEI foram elaboradas de acordo com as orientações de Carvalho (2013), tendo sido as seguintes: (i) distribuição do material experimental e proposição do problema; (ii) resolução do problema pelas participantes; (iii) sistematização dos conhecimentos elaborados pelo grupo participante; (iv) etapa de escrever e desenhar.

Etapa 1: Distribuição do material experimental e proposição do problema

O primeiro momento da atividade consistiu na distribuição do material experimental e proposição do problema. De acordo com Carvalho (2013, p. 11), “nessa etapa o professor divide a classe em grupos pequenos, distribui o material, propõe o problema e confere se todos os grupos entenderam o problema a ser resolvida, tendo o cuidado de não dar a solução nem mostrar como manipular o material para obtê-la”. A partir desse pressuposto, foi entregue ao grupo um modelo didático tridimensional de um SUT. Trata-se de um modelo didático de material plástico disponível no laboratório de Ciências da escola campo onde atuou o PRP. A esse modelo didático, foram acrescentados dois pedaços de barbante para representar os canais deferentes, que foram colados no interior do modelo, que foi fechado (Figura 1) antes do início da atividade.

Figura 1: (A) Modelo aberto; (B) Modelo fechado

Fonte: Galeria do autor.

O modelo didático foi entregue ao grupo participante, que foi orientado a simular uma cirurgia de vasectomia, sem nenhuma orientação prévia, apenas com a disponibilização de tesouras e pinças cirúrgicas. Desse modo, o grupo realizou a ação manipulativa da SEI (Figura 2). Durante essa etapa, foram mobilizados saberes acerca da estrutura e fisiologia do SUT. Em seguida, o grupo foi questionado sobre como a vasectomia funciona e quais os possíveis efeitos colaterais da cirurgia.

Figura 2: Residentes manipulando o modelo

Fonte: Galeria do autor

Com a manipulação pelo grupo, teve início o processo argumentativo e de levantamento de hipóteses para resolução do problema apresentado. A presença do barbante simulando o canal deferente foi uma das pistas utilizadas pelas licenciandas para a construção das hipóteses. No entanto, as estudantes do último período do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas afirmaram que não poderiam ter certeza do local da incisão, uma vez que não se lembravam de terem estudado tal temática ao longo do curso de formação inicial docente. Desse modo, sabiam que alguma estrutura deveria ser cortada, mas não conseguiram chegar a um consenso sobre como e onde o procedimento deveria ser realizado.

Etapa 2: Resolução do problema pelos/as alunos/as

Nessa etapa, segundo Carvalho (2013, p. 11) “o importante não é o conceito que se quer ensinar, mas as ações manipulativas que dão condições aos alunos de levantar hipóteses [...] e os testes dessas hipóteses”. Durante a realização da ação manipulativa, ou seja, a simulação da cirurgia de vasectomia, o mediador foi apresentando os questionamentos, para estimular o grupo a passar da ação manipulativa para a ação intelectual. As perguntas realizadas foram as seguintes: (i) como é realizado o procedimento de vasectomia e de que modo ele impede que ocorra a fecundação?; (ii) quais são os possíveis riscos e benefícios da realização do procedimento?; (iii) por quais motivos uma pessoa pode optar por realizar uma vasectomia?

Durante a ação manipulativa, as licenciandas tiveram dúvidas referentes à anatomia do modelo didático tridimensional do SUT, e como era feita a cirurgia e, nesse instante, apresentaram certa dificuldade na manipulação do mesmo. Ainda nesse momento, foi realizada a mediação abordando a anatomia do SUT e os métodos utilizados para a realização da vasectomia, em diálogo com as licenciadas, com intuito de identificar onde deveria ser realizado o corte no modelo para simular a cirurgia.

Baseando-se nas questões orientadoras, deu-se início à ação intelectual com a pergunta (i), que suscitou discussões acerca do funcionamento da vasectomia e como ocorria o procedimento, sendo a primeira resposta a seguinte: “*Ele impede a fecundação, porque não tem espermatozoide*”, resposta que foi imediatamente refutada por outra residente que alegou que havia o espermatozoide, mas que ele não possuía “*cauda*”. Esse momento gerou inúmeras dúvidas entre as demais residentes, assim, uma outra residente passou a explicar o mecanismo de ação da cirurgia, tendo feito com suas próprias palavras e de maneira correta. Cabe ressaltar que a mesma afirmou não ter aprendido isso na

Educação Básica, tampouco no curso de Licenciatura, e sim no período que cursou enfermagem.

A partir da pergunta (ii), surgiram debates sobre os riscos e benefícios associados à realização do procedimento. A maioria das respostas estavam relacionadas à decisão de não ter mais filhos/as, por questões financeiras. Uma residente destacou como risco a possibilidade de a pessoa vir a precisar de um filho/a para eventualmente obter células-tronco desse/a descendente, questão que foi relacionada, pelas próprias estudantes, a dilemas éticos. Outra residente ressaltou que todo procedimento carrega o risco de falhas, enquanto outra discutiu casos em que o canal se reconstitui e a mulher precisa recorrer a testes de DNA para comprovar a paternidade, pois as pessoas podem questioná-la sobre isso. Essa discussão nos mobiliza a pensarmos sobre a importância de que professores/as de Biologia se apropriem do debate feminista sobre a contracepção, que “[...] foi responsável por várias denúncias contra a desigualdade com que os sexos foram tratados em relação às políticas de planejamento familiar, além de reivindicarem métodos contraceptivos seguros para homens e mulheres” (Silva, 2004, p. 165).

Já na questão (iii), quando as residentes foram questionadas acerca do que pode levar uma pessoa com SUT a fazer a vasectomia, as estudantes pontuaram que os principais motivos eram: o casal não querer mais filhos/as e a mulher não querer mais fazer o uso de anticoncepcional. Não houveram menções relativas às pessoas transfemininas nesse momento, que não foram mencionadas por nenhuma das participantes. A invisibilidade das pessoas trans durante a aula reproduz uma realidade também dos sistemas de saúde. Mônica Angonese e Mara Lago (2017) desenvolveram uma pesquisa que combina etnografia e análise de documentos que revelou a invisibilidade da população trans (travestis, transexuais, transgêneros) nas discussões sobre saúde e direitos reprodutivos, além de abordar a experiência de pessoas trans em relação ao atendimento de saúde. O estudo também problematiza a heterocisnormatividade. Para as autoras, a saúde reprodutiva da população trans ainda não é uma realidade no Brasil, com suas especificidades frequentemente negligenciadas. O atendimento à saúde de travestis e transexuais é marcado por constrangimento, preconceito e discriminação, resultando em dificuldades de acesso aos serviços de saúde.

A abordagem da atividade, ainda que tenha buscado questionar alguns padrões cis-heteronormativos, não conseguiu romper com essa visão, de modo que as discussões mantiveram-se centradas em uma perspectiva binária e heteronormativa. Uma das residentes ressaltou que era difícil um homem querer fazer e que necessitaria de muito

diálogo para fazer um homem ter coragem de realizar o procedimento, citando como exemplo seu próprio pai. Os ditos e não ditos das residentes participantes da atividade foram centrados na perspectiva da heterossexualidade compulsória¹¹, demonstrando a resistência evidenciada pelo machismo e pelo controle de corpos femininos. O trabalho e o cuidado pré e pós reprodutivo é direcionado às mulheres e demais pessoas que gestam, sustentando a zona de conforto masculina cisgênera.

Ao ser questionado sobre os efeitos colaterais da vasectomia, o grupo acionou narrativas socialmente construídas sobre essa cirurgia, incluindo mitos com viés machista, como, por exemplo, a possibilidade de a referida intervenção cirúrgica afetar a libido, ou alterar a ereção. Ao final das discussões até aqui mencionadas, o grupo de residentes chegou a um consenso sobre o local da incisão e do corte dos canais deferentes, de ambos os lados.

Etapa 3: Sistematização dos conhecimentos elaborados pelo grupo

Ao perceber que o problema inicial foi resolvido, deve-se recolher o material experimental e organizar a classe para um debate, proporcionando espaço e tempo para a sistematização coletiva do conhecimento. “Ao ouvir o outro, ao responder à professora, o aluno não só relembra o que fez, como também colabora na construção do conhecimento que está sendo sistematizado” (Carvalho, 2013, p. 12). Nesta etapa, a docente orientadora passou a participar da mediação das discussões, ouvindo as contribuições do grupo de residentes, questionando e mostrando evidências científicas, quando necessário.

Nesse momento, novos questionamentos referentes a possibilidades da vasectomia, castração e questões hormonais foram sendo feitos pelo mediador e pelas próprias residentes, que passaram a debatê-las. Uma das questões levantadas foi se a vasectomia poderia prejudicar a pessoa com SUT. Tal questão levou a um debate com diversas opiniões sobre a vasectomia ser ou não prejudicial. Começou com uma residente falando que não acreditava que seria prejudicial, porém os homens em sua grande maioria acreditavam que sim, por achar que o pênis não ficaria mais ereto.

Posteriormente, foi levantada por uma das estudantes a dúvida sobre a vasectomia, se esse é o único método contraceptivo possível que as pessoas que possuem SUT, além

¹¹ Heterossexualidade compulsória é um conceito que emergiu na década de 1980, no artigo *Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica*, no qual Adrienne Rich, refere-se à heterossexualidade como uma “[...] única forma considerada normal de vivência da sexualidade” (COLLING, 2015, p.24).

da camisinha. As demais residentes citaram o desenvolvimento de pesquisas que tentam desenvolver uma pílula anticoncepcional para pessoas com SUT. A residente que citou a perda da cauda do espermatozoide se lembrou que, ao dizer isso, estava confundindo com o anticoncepcional para pessoas com SUT, que ainda está em desenvolvimento.

Etapa 4: Produção de registros - escrever e desenhar

Para promover a transição da ação manipulativa para a ação intelectual, propomos como atividade sistematizadora, que as participantes criassem um esquema em formato de mapa mental (Figura 3), resumindo o que o grupo aprendeu sobre o procedimento de vasectomia e as discussões realizadas. Ao final da sequência, utilizamos o mapa mental e as interações argumentativas durante a problematização como instrumentos de avaliação, para verificar o que foi construído a partir do desenvolvimento da SEI.

Figura 3: Mapa Mental realizado pelas residentes



Fonte: Galeria do autor

As residentes se atentaram às questões discutidas, e produziram o mapa mental utilizando o que foi sistematizado durante a discussão. Notou-se que elas se atentaram tanto a questões sociais, quanto fisiológicas. Nesse momento de problematização, foram exibidos dois vídeos curtos disponíveis na plataforma *YouTube* sobre o tema, sendo um técnico e um relato de experiência de uma pessoa que passou pela cirurgia. Ressaltamos que esses vídeos foram utilizados para sanar dúvidas que ainda permaneciam entre as estudantes.

O primeiro vídeo, com duração de três minutos, é intitulado “Quem fez vasectomia ejacula menos? A vasectomia diminui a testosterona e causa impotência

sexual?”¹² e aborda alguns dos mitos mais comuns sobre a vasectomia, explicados por um médico urologista. O segundo vídeo, com duração de cinco minutos, complementa o primeiro e é intitulado “Fiz vasectomia, o que mudou?”¹³. Nele, um homem recém-submetido ao procedimento compartilha seu depoimento, descreve a reação de seus amigos e discute o comportamento machista relacionado ao tema.

Após concluirmos essa etapa, apresentamos comentários positivos e negativos feitos sobre os vídeos para aprofundar as discussões sobre o discurso machista produzido em torno da vasectomia e a tendência de responsabilizar as mulheres pela eficácia ou não dos métodos contraceptivos. Os seis comentários positivos do vídeo eram divididos em três feitos por homens, e três feitos por mulheres. As mulheres argumentavam que o autor do vídeo era um homem consciente, que o uso de anticoncepcional não fazia muito bem à saúde e que era um ato de amor realizar a vasectomia, por ser um procedimento simples. Os homens afirmaram que a atitude de realizar a vasectomia era racional e que era reversível em casos de arrependimento.

As residentes foram questionadas sobre o que seria ter consciência para realizar o procedimento, elas afirmaram que seria ter noção de que não perderiam a ereção, e nem o desejo sexual. Notou-se que elas sintetizaram muito bem o que foi discutido e isso levou a uma série de novas discussões em torno dos mitos que rondam a vasectomia e da facilidade de realização do procedimento. Ao entender essas dimensões, professores/as podem entrar no combate contra masculinidades hegemônicas (Connell; Messerschmidt, 2013) que, a partir dos estudos de Caetano; Silva Júnior e Goulart (2016), entendemos como “uma versão de algo que foi criado, construído, imaginado, considerado como padrão e disseminado a partir do discurso e que, a cada momento, busca ser consolidado nas performances de masculinidades”.

Foi ressaltada a necessidade de os homens sempre procurarem formas de manter controle sobre o corpo da mulher, foi citado como exemplo todos os métodos contraceptivos serem de uso de pessoas que possuem sistema ovariano, com exceção da camisinha para pessoas com SUT, reafirmando o que foi evidenciado por Silva e Fernandes Júnior (2021). O tempo de recuperação da vasectomia e da laqueadura e o processo de reversão da cirurgia foram levados em consideração. As residentes citaram a adoção como uma solução para quem se arrepende de ter feito a cirurgia, o que é também citado no vídeo. Nos comentários negativos, notou-se que apenas um foi feito por uma

¹² Vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=THVRA_4xmiY

¹³ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1pO6qknwjw0>

mulher, que apenas fez um relato de que desistiu de fazer laqueadura por que sua sogra não aceita que o seu filho realize o procedimento, pois segundo ela, o mesmo ficaria “brocha”. Os outros seis comentários foram feitos por homens e, além de muita desinformação, haviam comentários de cunho machista e transfóbicos.

Esses comentários chamaram a atenção das residentes, principalmente um que falava sobre a possibilidade de a esposa do autor do vídeo colocar um Dispositivo Intra Uterino (DIU), as residentes apontaram as complicações que as mulheres podem ter ao colocarem um DIU e voltaram a discussão da questão orientadora (IV). Foi apontado mais um motivo para se realizar a vasectomia, que seria banir o uso de preservativos nas relações dos casais monogâmicos. Diante disso, foi pontuado que, para banir o uso do preservativo na relação, seria necessário a realização de exames rotineiros e acompanhamento médico. Nesse momento, o tempo da aula se esgotou e SEI foi finalizada.

Ao finalizarmos a aplicação da SEI, seguimos apostando em um ensino de Biologia comprometido com a educação para a sexualidade, entendendo que tal compreensão pode contribuir para que tantos mitos levantados ao longo da atividade sejam desfeitos, considerando o conhecimento acumulado, tanto do campo biomédico, quanto das Ciências Humanas.

Considerações Finais

Ao propormos o desenvolvimento de uma SEI voltada para cursos de formação de professores/as, para o ensino da vasectomia numa perspectiva antimachista, de modo articulado ao estudo das masculinidades, buscamos abordar os métodos contraceptivos de forma que não se atribua unicamente às mulheres a responsabilidade de prevenção da gravidez. Nesse sentido, a compreensão de assuntos relacionados à sexualidade e gênero no curso de licenciatura em Ciências Biológicas é de suma importância para a formação de futuros/as docentes, assim como o saber ensinar de forma respeitosa e sem estigmas sociais, comprometendo-se com um ensino de Biologia que promova a educação para a sexualidade (Xavier Filha, 2009), permitindo discussões sobre o enfrentamento ao sexismo, considerando-se as diversas formas de se produzir corpos de se vivenciar o prazer.

De modo geral, o desenvolvimento e aplicação da SEI nos permitiu identificar, nas discussões tecidas pelas estudantes, vozes da masculinidade hegemônica na educação

escolar. Ao mesmo tempo, encontramos ecos e possibilidades de resistência a esse modo de pensar, ao escaparem desse padrão em diversos momentos. Por fim, sendo esta nossa primeira experiente(ação) nos quadros teóricos e metodológicos mencionados, tentando articular educação antimachista com Ensino de Ciências por Investigação, consideramos que futuras ações e investigações poderão ser empreendidas em outros contextos educacionais.

Referências

- ANGONESE, Mônica; LAGO, Mara. (2017). Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. **Saúde e Sociedade**. v. 26, n. 1, p. 256-270, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria CAPES Nº 38, de 28 de fevereiro de 2018**. Institui o Programa de Residência Pedagógica. Brasília: MEC/CAPES, 2018a.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base**. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018b.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria GAB nº 259, de 17 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre o regulamento do Programa de Residência Pedagógica e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Brasília: MEC/CAPES, 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Infecções Sexualmente Transmissíveis**. Brasília: Ministério da Saúde. S/D. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/i/ist>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- CAETANO, Marcio Rodrigo Vale; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da; GOULART, Treyce Ellen Silva. Masculinidades hegemônicas e dissidências: tensões curriculares em cotidianos de escolas da periferia. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p.214-232, 28 abr. 2016.
- CARVALHO, Anna Maria Pessoa. O ensino de Ciências e a proposição de sequências de ensino investigativas. In: CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (org.). **O ensino de Ciências por investigação: condições para a investigação em sala de aula**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- COLLING, Leandro. O que perdemos com os preconceitos. **Revista cult: Dossiê- ditadura heteronormativa**, São Paulo, n. 202, ano 18, p. 22-25, jun. 2015.
- CONNELL, Reawyn W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n.1, p. 241-282, jan./ abr., 2013.

CONNELL, Raewyn. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, v. 2, n. 20, p. 185-206, 1995.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhaon Albuquerque. 6 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

HURTARTE, Carolina Armenta; ARAGÓN, Rozzana Sanchez; LOVING, Rolando Diaz. “Exploración e identificación de los determinantes de la satisfacción marital: contexto, individuo e interacción”, **Revista de Psicología**, v. 10, n. 19, p 7-30, 2014.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da “ideologia de gênero”**: um projeto reacionário de poder. Brasília: Letras Livres, 2022.

BIONES, Bianca Menezes Cavalcanti; GALVÃO, Janaine Fernandes; DA CUNHA, Caio Visalli Lucena; FEITOSA, Ankilma do Nascimento Andrade; VALÉRIO, Eulismenia Alexandre; SOBREIRA, Pâmela Thayne Macedo. Prevalência de vasectomias como método de planejamento familiar no Brasil. **Revista interdisciplinar em saúde**, v. 10, p. 642-652, 2023.

MENEZES, Jaileila de Araújo; SOUZA, Leylanne Bezerra de; BARROS, Suellem Duarte de; QUEIROZ, Dayse Maria de Albuquerque de; ASSUNÇÃO, Isaac de Souza (org.). Direitos sexuais e direitos reprodutivos na formação docente. In: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza A. R. Martins de; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de (org.). **Os gêneros da escola: e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo**. Recife: Ed. Ufpe, 2018. p. 243-276.

SALVADOR, Nayara Cunha; OLIVEIRA, Anderson José de; FRANCO, Neil. Currículo, educação sexual, antimachista e contra a cultura de estupro. In: FRANCO, Neil; LIMA, Marcia Machado de; FERNANDEZ, Gabriel Hernán (org.). **Educação saberes e fazeres docentes: pesquisas no Brasil, Argentina e Colômbia**. 1. ed. Cuiabá: Editora ARA, 2023. p. 85-107.

SANTOS, Welson Barbosa; RIGUE, Fernanda Monteiro; FERREIRA, Polly Ana Rodrigues. Base Nacional Comum Curricular: o que orienta sobre corpo, gênero e sexualidade?. **Educação em Foco**, [S. l.], v. 28, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/41204>. Acesso em: 8 out. 2023.

SILVA, Josilene da. Contraceção e masculinidade. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 11, n. 11, p. 157-166, 2004.

SILVA, Luciana Aparecida Siqueira; FERNANDES JUNIOR, Antônio. Saber-poder em livros didáticos de biologia: métodos contraceptivos e a responsabilização da mulher. **Cadernos Discursivos**, v. 1, p. 138-155, 2021.

SOUSA, Justino de. Escola ‘sem’ partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 15, n. 3, p. 953–956, set. 2017.

XAVIER FILHA, Constantina. Educação para a (s) sexualidade (s): carregar água na peneira? **Diversidade e Educação**, v. 5, n. 2, p. 16-39, 2017.

YANG, Fang; LI, Junjun; DONG, Liang; TAN, Kun; HUANG, Xiaopeng; ZHANG, Peihai; LIU, Xiaozhang; CHANG, Degui; YU, Xujun. Review of Vasectomy

Complications and Safety Concerns. **The world journal of men's health**, v. 39, n. 3, p. 406-418, 2021.

Recebido em setembro de 2024.

Aprovado em novembro de 2024.

Revista
Diver  **idade**
e Educação